

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº 2012**

(Do Senhor Alceu Moreira)

*Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública, no dia 23 de outubro de 2012, para discutir o posicionamento do governo brasileiro para a quinta Conferência das Partes (COP 5), e os reflexos para a fumicultura e produtores rurais brasileiros.*

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública, no dia 23 de outubro de 2012, para discutir o posicionamento do governo brasileiro para a quinta Conferência das Partes (COP 5), e os reflexos para a fumicultura e para os produtores rurais brasileiros.

O requerimento é embasado no fato de que no mês de novembro, em Seul, na Coreia do Sul, será realizada a quinta Conferência das Partes (COP5), signatárias da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – CQCT, onde serão debatidos os artigos 17 e 18 da CQCT, que tratam da produção de tabaco, abordando o assunto sob os pontos de vista ambiental, social e econômico.

É importante frisar que em setembro foi publicado pela Organização Mundial da Saúde - OMS, um relatório das atividades do grupo de trabalho que debate os artigos supracitados. O relatório propõe medidas para a limitação e redução da área plantada com tabaco, a migração forçada dos produtores de tabaco para outras culturas agrícolas, o cerceamento de acesso a crédito pelos produtores de tabaco e restrições severas ao Sistema Integrado de Produção. O texto será submetido à aprovação pelos membros da CQCT, na COP5.

Sendo assim, reitero a necessidade do debate junto à esta comissão para que seja esclarecida a posição que o governo brasileiro irá adotar na COP5, visto que a efetivação das medidas propostas pode causar danos irreparáveis para os produtores de tabaco e para um setor de importância econômica reconhecida.

Sugiro que para o debate sejam convidados a Casa Civil da Presidência da República, o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, o Presidente da Câmara Setorial do Tabaco, Senhor Romeu Schneider, além das autoridades representantes da AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil, da FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, da FETAG/RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, da FAESC – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina, da FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, da FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, da FAEB – Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, da FETAG/BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia, da ABIFUMO – da Associação Brasileira da Indústria do Fumo, do SINDITABACO – Sindicato da Indústria do Tabaco, da CNA – Confederação Nacional da Agricultura, da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, do SINDIFUMO – Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo, do SINDITABACO/Bahia – Sindicato da Indústria do Tabaco do Estado da Bahia, do SINDITIFA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas, da COOPERSAC – Cooperativa de Profissionais Autônomos de Cruz das Almas, da Câmara Municipal de Cruz das Almas, da AMCESPAR – Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Paraná, da FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, da AMVARP – Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, da AMVAP – Associação dos Municípios do Vale do Taquari, das Comissões de Agricultura das Assembleias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Bahia, da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e da CNM – Confederação Nacional dos Municípios.

Reconhecendo a importância da matéria em debate, solicitamos aos Nobres Parlamentares a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 2012.

**Deputado Alceu Moreira**

Deputado Federal - PMDB/RS